

Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010

Capital accumulation and labor in the agro-industry in the West of the state of Paraná from 1960 to 2010

Antonio de Pádua Bosi¹

antonio_bosi@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o processo de acumulação de capital na agroindústria e a exploração do trabalho na região Oeste do Paraná durante o período de 1960 a 2010. A abordagem dominante sobre este tema vê a agroindústria com entusiasmo, em particular a cadeia avícola, e argumenta que os empregos gerados neste setor dinamizam a economia regional e melhoram as condições de vida dos trabalhadores. Em oposição a esta leitura, procuro argumentar que a agroindústria tem fortes articulações com a divisão internacional do trabalho e com o capitalismo monopolista, e depende fundamentalmente de trabalho barato e abundante. Metodologicamente, além de informações estatísticas, documentos e literatura especializada, o artigo lida com entrevistas de trabalhadores ocupados na cadeia avícola. A principal conclusão deste artigo indica (i) que a agroindústria tem se estruturado dependente do setor e (ii) desarticula modos de viver e de trabalhar da região.

Palavras-chave: agroindústria, cadeia produtiva avícola, frigoríficos, aviários, oeste do Paraná.

Abstract: This article discusses the agro-industry, capital accumulation and labor exploitation in the West of Paraná State during the period from 1960 to 2010. The main perspective about this process sees the agro-industry enthusiastically, especially the poultry chain, and claims that this industry creates jobs. In opposition to this perspective, I try to argue that the agro-industry has strong connections with the international division of labor and monopoly capitalism, and depends mainly on cheap and abundant labor. Methodologically, in addition to statistical information, documents and literature, this article deals with interviews of workers employed in the poultry chain. Its main conclusion points out that (i) the agro-industry depends on big corporations and (ii) disrupts the ways of life in the region.

Keywords: agro-industry, poultry productive chain, slaughterhouses, farms, West Paraná.

¹ Professor Associado dos colegiados de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Rua Pernambuco, 1777, Marechal Cândido, 85960-000, Rondon, PR, Brasil.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir dois elementos constitutivos da história econômica da região Oeste do Paraná no período de 1960 a 2010: a acumulação de capital e a exploração do trabalho na agroindústria.

Como este é um tema relativamente amplo, fiz recortes. Após explicitar a dinâmica do crescimento industrial, restringi a discussão ao caso da cadeia avícola, uma vez que este é o setor da agroindústria que mais emprega no universo da produção industrial da região. Na exposição das principais características desse processo, priorizarei uma delas, a utilização de trabalho barato. Considerarei-a importante porque sintetiza a presença humana no processo histórico estudado.

Desse modo, selecionei as fontes de pesquisas visando ressaltar e discutir esses pontos. Relativamente à exploração do trabalho, além de estatísticas, recorri a entrevistas com avicultores e trabalhadores em frigoríficos. A escolha dos trechos destacados e interpretados neste texto tentou expressar e sintetizar pontos e questões que fossem representativos da experiência social dos trabalhadores investigados (Portelli, 1997). Outras vezes preferi condensar vários relatos numa única narrativa que também se fizesse válida devido à sua capacidade de ser representativa das experiências dos trabalhadores na cadeia avícola.

Na produção das entrevistas, recuei até a década de 1960, orientado pela própria dinâmica de acumulação de capital na região que se fez apoiada no trabalho agrícola e na pequena propriedade. Por isso, as entrevistas cobriram comparativamente experiências ligadas aos últimos 60 anos. Relativamente aos trabalhadores dos frigoríficos, embora sua inserção date de meados da década de 1960 (instalação do primeiro frigorífico de suínos na região), investiguei com maior atenção as experiências no processamento da carne de frango, iniciado em meados da década de 1980 e disseminado nas décadas de 1990 e 2000.

Tomando o trabalho nesse setor como ponto de partida da investigação, organizei os resultados da pesquisa em três tópicos. No primeiro, analiso o processo de acumulação de capital na cadeia avícola informado pelas reflexões de Lenin sobre o imperialismo. Tento mapear historicamente a produção das condições técnicas e tecnológicas que serviram à estruturação da cadeia avícola para, em seguida, explicar o processo de acumulação de capital no Oeste do Paraná, realizado desde a década de 1960, como resultado da divisão internacional do trabalho que condicionou e especializou a região à agroindústria.

No segundo ponto, examino as experiências de avicultores integrados à cadeia avícola e avalio suas relações com as empresas e cooperativas que contratam seu trabalho. No terceiro ponto, investigo as condições de inserção dos trabalhadores na linha de produção dos frigoríficos.

Campo de investigação e argumentação teórica

Não é difícil reconhecer a mudança na paisagem econômica nesta região², antes dominada exclusivamente pela agricultura. A evolução da estrutura do mercado de trabalho é um indicador claro desta alteração. Numa série histórica de quinze anos, construída a partir de informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/MTE (CAGED), pode-se notar que a participação dos empregos da indústria no total de postos de trabalho saltou de 23,1% em 1996 para 31,6% em 2010. Em termos absolutos, isto representou uma elevação de 29.249 empregos para 91.367.

Mais importante neste crescimento é notar que esses números configuram uma tendência inversa à evolução dos empregos na indústria em âmbito nacional, cuja curva tem declinado nos últimos vinte anos, de modo que muitos intelectuais têm falado em “desindustrialização”³. Ainda nesta direção, observa-se que o emprego nas indústrias alimentícias no Oeste, onde são contabilizados os empregados dos frigoríficos, saltou de 10.295 postos de trabalho, em 1996, para 38.214, em 2010, algo em torno de 270%. Nenhum outro segmento discriminado pelo CAGED cresceu mais que as indústrias de alimentos. Atrás destas ficaram a construção civil e o setor têxtil.

Comparar estes números com a evolução da indústria no Estado do Paraná realça ainda mais o crescimento industrial na região Oeste. Em 1996, a região registrou 12,5% dos 82 mil postos de trabalho na indústria alimentícia do Estado. Em 2010, este percentual cresceu para 21,4% dos 178 mil empregos do setor de alimentos, cerca de 1/5 de todo o Paraná. Relativamente à região Oeste do Estado, o peso do setor alimentício, registrado em 1/3 no ano de 1996, aumentou para 46,7% em 2007, o que representou quase a metade do universo de empregos nas indústrias de alimentos. Examinando estes números, percebe-se que no período de 1996 a 2000 o percentual de empregos na indústria alimentícia permaneceu estável, mas aumentou sensivelmente no intervalo de 2000 a 2007. Ou seja, estamos olhando para um processo de industrialização recente, liderado pelo setor de produção de alimentos.

² Integram a Região Oeste do Paraná as Microrregiões de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, num total de 50 municípios.

³ A participação da indústria no PIB nacional também declinou no período de 1960 a 2011. Ela já foi 33% em 1960, 38% em 1970, 44% em 1980, 38% em 1990, 27% em 2000 e 23% em 2011 (IBGE, 2011).

Analisar estes números mais de perto permite ver que a indústria da carne instalada na região Oeste, particularmente os frigoríficos de aves, impulsionou quase sozinha este crescimento.

À exceção da Sadia, instalada na cidade de Toledo em 1964, a maioria dos frigoríficos de aves localizados na região foi aberta a partir da década de 2000. Cinco deles pertencem a cooperativas agroindustriais que controlam (direta e indiretamente) fábricas de ração, incubatórios, matrizeiros e uma numerosa rede de aviários. A força de trabalho mobilizada nas sete plantas produtivas pode ser estimada em 14 mil trabalhadores, pouco mais que 1/3 dos empregos na indústria de alimentos da região. Se adicionarmos as unidades de produção de carne de suínos, a estimativa acima atinge 21 mil trabalhadores, algo perto de 60% de todos os postos de trabalho do setor da indústria alimentícia da região.⁴ Portanto, o que explica o crescimento industrial sublinhado anteriormente é a instalação de uma cadeia avícola composta de frigoríficos, fábricas de ração e matrizeiros na região.

Esta dinâmica econômica pode ser interpretada historicamente considerando, inicialmente, o peso do capitalismo na organização e divisão da produção e as experiências sociais de trabalhadores nela envolvidos. Lenin oferece uma chave analítica útil para compreender tal processo à medida que permite comparar a expansão do capitalismo na região Oeste do Paraná, caracterizada pela agroindústria nas últimas cinco décadas, ao desenvolvimento clássico do capitalismo verificado no final do XIX e começo do XX, denominado de imperialismo. Esta comparação ajuda a esclarecer as articulações do capital que organiza a produção agroindustrial na região, uma vez que suas características, como a pesquisa identificou, são multinacionais e oligopólicas. Significa dizer, por exemplo, que as empresas controladoras dos insumos consumidos na cadeia avícola dominam os frigoríficos e interferem fortemente na definição dos preços dos produtos da agroindústria. Esta constatação estende-se também para a agricultura por meio de sementes híbridas (e componentes pulverizados) e máquinas de plantio, pulverização e colheita.

Sobre isso e voltando a Lenin, quando afirmou que a expansão do capitalismo há 100 anos constituía monopólios sobre ramos produtivos, ele destacou que aquele movimento integrava etapas anteriores e intermediárias da produção sob uma mesma articulação. Lenin se referia aos trustes e utilizou a indústria do tabaco para ilustrar seu argumento. O que ele testemunhou foi uma indústria que se apossava de patentes, reformulava-as de modo a aplicá-las em todo o processo de produção do cigarro (desenvolvendo plantas produtivas que produziam

suas próprias máquinas), e se encarregava diretamente das vendas no atacado (Lenin, 1979, p. 592-593). Lenin argumentou ainda que a tendência do capitalismo seria a de expandir suas fronteiras apoiado no capital financeiro para explorar trabalho barato no exterior e invadir mercados estrangeiros de países menos desenvolvidos: “Nos países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas” (Lenin, 1979, p. 622).

São estes aspectos que ajudam a compreender a organização do capital na agroindústria no Oeste do Paraná nos últimos 50 anos. Sabemos desde Lenin que o capital monopolista tende a apropriar diretamente os ramos produtivos mais dinâmicos da economia e, a partir deles, subordinar todas as etapas de produção de determinada mercadoria. No caso da cadeia produtiva avícola são empresas que atuam no desenvolvimento de sementes (base das rações para aves), agroquímicos (biológicos, antimicrobianos, endectocidas, etc.) e matrizes animais (melhoramento genético), por exemplo. Elas têm amplo espectro e uma capilaridade mundial, como a Cargill (cuja sede está em Minneapolis, Minnesota), que tem elevada participação no mercado mundial de nutrição animal e opera a partir de mais de 800 escritórios em 49 países, empregando diretamente cerca de 55 mil trabalhadores (Heffernan e Constance, 1994). Tecnologias em posse de empresas da Cargill possibilitaram engordar mais rapidamente o frango com uma quantidade menor de ração. Já empresas como as alemãs Basf e Bayer e a estadunidense Pfizer dominam o mercado de produtos veterinários e diminuem a taxa de mortalidade de frangos criados aos milhares em compactos aviários. De maneira semelhante, a estadunidense Cobb-Vantress controla o melhoramento genético e a produção das matrizes vendidas para empresas que atuam na criação de frangos para abate (Santini, 2006).

É desse modo que a sorte da classe trabalhadora fica a depender do capital que controla o ramo produtivo. Da mesma forma, os frigoríficos (ou as cooperativas) instalados no Oeste do Paraná não decidem e nem escolhem livremente as condições com as quais operam, pois já surgem dependentes das empresas multinacionais controladoras do *know-how* e dos processos tecnológicos relacionados à produção da carne do frango. Neste caso, o conhecimento e o domínio científico do melhoramento genético do frango, da nutrição e do maquinário empregado na cadeia avícola são mantidos sob o comando de poucas multinacionais sediadas nos Estados Unidos e na Europa. Esta é a base da divisão internacional do trabalho ligada à produção de carne de frango, e é a partir deste ponto que se pretende examinar a industrialização e acumulação de capital neste setor no Oeste do Paraná.

⁴ Dados tabulados a partir de trabalho de campo.

Capitalismo monopolista e acumulação de capital na cadeia avícola

Grande parte da organização técnica da indústria da carne de frango deriva dos matadouros de bois do século XIX. Esta história é velha conhecida. Os grandes matadouros privados nasceram em cidades do centro-oeste americano por volta da década de 1860 e de lá se espalharam pelo mundo no século seguinte. Em 1866, por exemplo, Chicago já assustava com seu rebanho de 1,5 milhão de animais encurralados para o abate. Quando o transporte refrigerado tornou-se possível, devido a investimentos da *Swift* e *Armour* em 1870, a carne passou a ser empacotada, congelada, transportada e vendida para o leste do país (Pacyga, 2008).

A tecnologia do abate e retalhamento da carne também nasceu naquele tempo, em abatedouros de Chicago e Cincinnati. Os matadouros desenvolveram-se como um sistema industrial de “desmontagem”. O boi entrava inteiro por uma porta, era abatido, pendurado, aberto, esfolado, partido, colocado em bancas e esquartejados. No final deste processo, a carne estava pronta para o empacotamento e a comercialização. Foi esta linha de desmontagem que inspirou Henry Ford a organizar uma linha de montagem de automóveis pela primeira vez, em 1913: “Tratava-se da montagem de magnetos. [...] Creio que esta estrada [linha] móvel foi a primeira que já se construiu com este fim. Veio-me a ideia vendo o sistema de carretilhas aéreas [nórias] que usam os matadouros de Chicago” (Ford, 1964, p. 65-66).

Na linha de desmontagem, o trabalho que antes era executado pelos açougueiros foi dividido em etapas e simplificado, criando condições para a contratação de trabalhadores sem qualificação e viabilizando uma política salarial barata desde o século XIX. Se em 1870 havia cerca de 8 mil trabalhadores envolvidos neste ramo, 30 anos depois os matadouros já empregavam 68 mil homens, mulheres e crianças para cortar e empacotar carne (Stull e Broadway, 2004, p. 33). Em menos de 50 anos, este negócio evoluiu para uma produção oligopolizada, comandada pela *Swift*, *Armour*, *Morris*, *Cudahy* e *Wilson*, conhecidas até a década de 1960 como as *Big Five*. No começo do século XX, estas companhias abatiam 90% dos bois e 80% dos porcos negociados nas principais cidades produtoras dos Estados Unidos (Horowitz, 1997, p. 13).

Esta herança tecnológica influenciou a organização da cadeia avícola. O processamento da carne é hoje

organizado de modo taylorista/fordista, e a estruturação dos frigoríficos de frango se beneficiou do *know-how* da linha de desmontagem dos matadouros de bois e porcos. Contudo, a cadeia avícola evoluiu e avançou mais rapidamente do que a bovina e a suína, devido, principalmente, ao melhoramento genético (responsável pelo encolhimento do tempo necessário à maturação da ave).⁵

O fornecimento de matéria-prima numerosa e barata completou a virtuosidade desta cadeia produtiva. No final da década de 1950, iniciou o sistema de contrato entre as companhias (que controlavam o abate e a venda das aves) e pequenos fazendeiros estadunidenses. Este contrato, denominado de integrado, repassava aos fazendeiros a responsabilidade pelo trabalho de engorda das aves e pela construção de aviários (tecnicamente prescritos pelas empresas). Às empresas cabia o fornecimento dos pintainhos, dos medicamentos, da ração e da assistência técnica. Ao final de cada lote de aves engordadas, os fazendeiros recebiam um pagamento referente ao número de frangos entregues e à taxa de conversão alimentar.

As companhias divulgavam a promessa de que este contrato diminuiria os riscos dos fazendeiros, mas o que se viu foi outra coisa. Este processo de subordinação de pequenos fazendeiros aumentou rapidamente a capacidade de alojamento de aves, criando uma fonte de abastecimento de matéria-prima. A partir de 1950, este esquema destruiu boa parte da produção independente de tal modo que, em 1980, aproximadamente 95% dos frangos para corte vendidos nos Estados Unidos originavam-se deste tipo de contrato (Stull e Broadway, 2004, p. 41). Em suma, a trajetória bilionária da indústria da carne tem se sustentado na produção em cadeia e no trabalho barato.

Visto numa perspectiva mais ampla, este tipo de subordinação do trabalho de pequenos agricultores alinhou-se dentro de uma escalada do capital sob formas não capitalistas de produção. A ideia de “integrar” pequenos proprietários veio importada dos Estados Unidos, alinhada pela intenção de sitiar novos mercados para uma prática oligopólica de extensão rural. Em relato biográfico, Attilio Fontana, fundador da SADIA, mencionou (como vantagem) a conexão dependente entre a avicultura brasileira e a americana. A experiência da integração de camponeses no interior de Concórdia (SC) foi pensada a partir de uma viagem aos Estados Unidos, patrocinada pelo Ministério da Agricultura do Brasil, a convite do governo estadunidense: um funcionário da SADIA que compôs a comitiva de fazendeiros brasileiros “trouxo de lá uma imagem do que de melhor se praticava na técnica da suinocultura e da avicultura” (Fontana, 1980, p. 138). A despeito de Attilio Fontana recordar a implantação do

⁵ Em 1930, um frango podia ser abatido depois de 4 meses de engorda, pesando em média 1,5 kg. Em 2010, depois de 45 dias, o frango era abatido com 1,8 kg.

sistema de integração primeiramente na produção de suínos, sua memória enfatiza a estruturação dos aviários:

[...]forneceríamos o pinto de um dia, a ração balanceada e a assistência técnica; esta gratuita, a ração e os pintos a crédito, sem nenhum desembolso, pois da parte deles [camponeses]. E quando, no prazo aproximado de 55 dias, as aves prontas para o abate fossem retiradas pelos nossos caminhões, eles pagariam o custo dos pintos e da ração e receberiam o lucro (Fontana, 1980, p. 170).

Em que pese o fato de a experiência da avicultura integrada no Brasil ter sido iniciada pela SADIA na década de 1960, a expansão deste modelo só aconteceu em meados da década seguinte. Antes disso, a avicultura no Brasil permaneceu voltada prioritariamente para a produção de ovos, porque estes apresentavam preços mais acessíveis ao consumo de massa que os valores cobrados pela carne do frango ou pela ave *in natura*, comprada e abatida pelas próprias donas de casa conforme prática que predominou até meados dos anos 70.

Com a industrialização da carne de frango, o consumo aumentou, iniciando uma tendência ascendente a partir de meados da década de 1970 (Tabela 1).

Tabela 1. Evolução do consumo *per capita* de carne de frango no Brasil (1970-2010).

Table 1. Consumption of chicken meat in Brazil (1970-2010).

Ano	Consumo <i>per capita</i>	%
1970	2,3 kg ⁶	-
1975	6 kg	160,8
1980	9,5 kg	58,3
1985	10 kg	5,2
1990	14,2	41,2
1995	23,3 kg	64,1
2000	29,9 kg	28,3
2005	35,4 kg	18,4
2010	44,5 kg	25,7

Nota: O cálculo cruzou informações da União Brasileira de Avicultura (UBA) com dados demográficos do IBGE. Em números absolutos, a produção de carne de frango no Brasil (em toneladas) dobrou entre 1975 e 1980 (de 480 mil para 1.1 milhões) e voltou a dobrar nas duas décadas seguintes (1.1 milhões em 1980 para 2.2 milhões em 1991, e para 5.4 milhões em 2001, alcançando 9 milhões em 2010).

Fonte: UBA (2012); IBGE/Ministério da Agricultura (2011).

O consumo *per capita* de frango foi de 2,3 kg em 1970, subiu para 9,5 kg em 1980 e se manteve neste patamar até meados daquela década. Voltou a aumentar no final dos anos 80, atingindo 14,2 kg em 1990. A partir daquele ano, o crescimento foi constante. Pulou para 23,3 kg em 1995, 29,9 kg em 2000, e 35,4 em 2005. Em 2010, alcançou 44,5 kg, ultrapassando o consumo *per capita* de 44 kg dos Estados Unidos. Uma comparação estatística mostraria que atualmente um jovem de 20 anos consome 42 kg de carne de frango a mais que seu avô consumia quando tinha a mesma idade, há 40 anos.

Mas este aumento nada teve de accidental. A evolução da tecnologia empregada na criação de frangos elevou a produtividade porque encurtou o tempo de vida dessa ave até ser abatida. Ao mesmo tempo, o capital combinou esta tecnologia com trabalho abundante e barato, forjando as condições para diminuir progressivamente os custos em toda a cadeia avícola. Isto empurrou os preços de varejo do frango para baixo de modo a aumentar a demanda por esta carne e, numa escala crescente, ampliar a sua produção. Foi assim que ao longo dessas décadas o preço do kg de carne de frango baixou notadamente. Ele retraiu de 4,05 dólares o quilo, em 1974, para 1,2 dólares, em 2009. À medida que a carne de frango se tornou mais barata, seu consumo emparelhou com a carne bovina e ultrapassou a carne suína. Em 1970, o consumo *per capita* anual de frango no Brasil era de 2,3 quilos contra 22,8 de carne bovina e 8,1 de suína. Em 1995, ele alcançou 23,2 quilos de carne de frango contra 25,4 de carne bovina e 7,9 de suína⁷.

É de se perguntar o que aconteceu com o capital inserido neste contexto de expansão. Suas características foram oligopólicas desde o início. Quando o frango constituía um artigo de luxo no Brasil (até meados do século XX), poucas granjas concentradas em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro abasteciam os principais restaurantes e as grandes cidades do Sudeste (Arashiro, 1989). As aves eram negociadas ainda vivas. Quando abatidas, sua venda realizava-se por inteiro, sem cortes. Isto se modificou à medida que o processamento industrial transformou o frango em diversas mercadorias: peito, coxa, sobrecoxa, asa, coração, etc. Cada parte passou a ser vendida como um produto independente, e isso só se viabilizou porque a produção da carne foi confinada em grandes plantas frigoríficas, controladas por empresas capitalizadas no mercado financeiro. Nos anos 70, no início da industrialização da carne de frango, o mercado já se apresentava oligopolizado, com aproximadamente metade da produção sob o domínio de três empresas: Sadia, Perdigão e Seara (Ceval). Quatro décadas depois, em 2010, estas mesmas

⁶ Estimativa baseada em informações de Sorj *et al.* (1982, p. 26).

⁷ Estes números foram cotejados e extraídos de diversos documentos da União Brasileira de Avicultura e de literatura especializada sobre o assunto.

empresas tornaram-se responsáveis por 64,7% de toda a carne de frango exportada do Brasil. Somadas à quarta maior exportadora no país, a Doux (principal empresa europeia do ramo), o percentual sobe para 75%. Relativamente à produção nacional, estas empresas dominam algo em torno de 1/3, fato que realça seu desempenho como exportadoras de carne, uma vez que os compradores estrangeiros pagam mais que o mercado interno.

O sentido oligopólico desse setor pode ser exemplificado no controle das chaves genéticas das aves que abastecem os aviários. *Grosso modo*, a título de exemplo, empresas como a *Tyson* e *Rhodia* modificam geneticamente aves com o objetivo de vendê-las como produtoras dos pintinhos que irão para os aviários e depois de engordados são abatidos nos frigoríficos. Nos laboratórios da *Tyson* saem machos e fêmeas que vendidos gerarão as matrizes, cuja função é produzir os pintinhos. As fêmeas que estão no início desta cadeia são denominadas de avós, e sua reprodução é impossível de ser realizada na cadeia avícola devido à chave genética sob domínio da *Tyson*. Toda vez que se tenta otimizar esta matriz para produzir outra matriz, o resultado é pífio, porque não há como reproduzir as características originais da mãe genética da matriz, as avós, sob controle das empresas que as vendem. As matrizes vendidas pelas multinacionais têm validade e produtividade programadas. Portanto, como se trata de poucos vendedores que dominam o mercado, esses grupos multinacionais estabelecem a dinâmica de funcionamento dos frigoríficos (e, em alguma medida, de seus lucros).

Ainda sobre isso, se na década de 1990 cerca de quinze empresas atuavam no melhoramento genético de aves de corte, atualmente apenas três empresas dominam este negócio: *Aviagen* (Alemanha), *Cobb-Vantress* (EUA) e *Hubbard* (França). Dentre estas três, as duas primeiras detêm aproximadamente 80% deste mercado (Martinelli, 2010).

Outra exemplificação vem do maquinário que equipa os frigoríficos. Por óbvio que o aumento da produtividade do trabalho verificado tanto no manejo dos aviários como nos frigoríficos decorre, em grande medida, da tecnologia empregada. Nesse caso, as inovações tecnológicas ocorridas no setor produtivo que reduziram o desperdício de tempo de trabalho dependem de empresas multinacionais que também controlam esta faixa do mercado. A *Marel Food System*, por exemplo, multinacional de origem dinamarquesa que produz máquinas para frigoríficos, tem liderado as inovações (tornadas patentes) em automatização do corte da carne (principalmente do

frango), o que diminui a presença humana em vários setores da desossa do frango.

Para qualquer lugar que se olhe, a cadeia avícola é resultado direto da interferência e da organização do capital monopolista. É neste contexto que a mais-valia gerada na esfera da produção da carne é “repartida”. Grande parte dela é drenada sempre para os segmentos mais dinâmicos e de maior composição orgânica que dominam a ciência e sua aplicação prática, isto é, genética, medicamentos, nutrição e maquinaria. Não à toa são estes setores os mais monopolizados e os que constituem e manejam a hegemonia acerca da cadeia avícola.

Significa dizer que a exportação de capital referida por Lenin, numa quadra histórica constituída de um enorme capital excedente, realiza-se na cadeia avícola na forma de transferência de processos técnicos e de pacotes tecnológicos aplicados e consumidos no âmbito da produção. A remuneração de toda a cadeia está, assim, aprisionada por uma necessidade crescente de aumento da oferta da mercadoria que realiza os lucros no mercado (a carne de frango) e que também requer um consumo em permanente expansão.

Desnecessário dizer que o capitalismo monopolista não elimina a queda tendencial da taxa de lucro. Longe disso, a elevação do lucro total se faz, como antes da formação do monopólio, por meio da diminuição do lucro contido em cada quilo de carne produzida e vendida. Em síntese, a condição para que o processo de acumulação de capital não seja interrompido é o aumento da produção e da produtividade.

Neste contexto, cabe destacar que esta lógica se desdobrou para o “chão da fábrica”. A industrialização da carne do frango também se inclinou a assumir um formato monopolista. Em regra, os frigoríficos que atuam hoje no Brasil resultaram deste paradigma. É esta a dimensão a ser examinada a seguir.

*Acumulação de capital no Oeste do Paraná*⁸

A narrativa oficial sobre os pioneiros descendentes de europeus (principalmente germânicos e italianos) que ocuparam parte do Oeste do Paraná na segunda metade do século XX é um dos principais estereótipos da historiografia local. Embora esta leitura tenha sido bastante criticada e acusada de cancelar a presença das populações nativas e de outros sujeitos sociais na região, este estereótipo se mantém forte e se configura a partir de um revezamento de características que legitimam a dinâmica econômica inaugurada

⁸ Atualmente a região Oeste do Paraná conta com 50 municípios, a maioria deles com a presença da agroindústria. Com quase 1,5 milhão de habitantes, as ocupações na agroindústria se aproximam de 30% da população economicamente ativa.

desde então. Como noutros “mitos de origem”, realça-se a índole laboriosa, o espírito empreendedor, algum tipo de predestinação, a etnia, enfim, atributos considerados inequívocos do progresso realizado pelo capitalismo naquele lugar, e que são fortemente martelados no imaginário social. É neste sentido que afirmações extravagantes como “Willy Barth foi o pai do Oeste do Paraná” ainda forçam sistematicamente sua entrada no senso comum. Interessa a esse respeito o fato de que esta imagem ainda afeta fortemente as famílias de agricultores e organiza sua presença na região.

Todavia, tal visão sobre a ocupação do Oeste é um tipo de dialeto simbólico cada vez menos útil para descrever as experiências sociais do tempo presente ligadas ao trabalho no campo nessa região. É um mundo feito de vestígios e de lembranças com pouca ou nenhuma correspondência com a realidade econômica, de modo que o fato de ter “chegado primeiro” não assegura vantagens no processo de acumulação de capital vivido atualmente. Por esse motivo, esta imagem pode ser tomada criticamente como ponto de partida para interrogar a dinâmica do capital na vida dos pequenos agricultores que ajudaram a estruturar este dialeto simbólico.

Esta referência ajuda a sublinhar, como evento importante, o surto populacional iniciado na década de 1950 no Oeste do Paraná que fomentou o surgimento de aproximadamente 50 novos municípios. Desde os anos 50, o trabalho foi organizado com base na pequena propriedade da terra (lotes de 25 hectares), inicialmente direcionada para a produção de culturas sazonais e a criação de suínos. Na década seguinte, os múltiplos de milho, trigo e porcos foram reunidos e transformados em ativos de cooperativas agrícolas que alavancaram investimentos canalizados principalmente ao plantio da soja. Cabe lembrar ainda que o Estado tem apoiado este tipo de desenvolvimento com obras de infraestrutura, políticas de indução agrícola e financiamento direto da produção.

Nesse processo de organização do capital e do trabalho na região, as cooperativas agroindustriais ocuparam lugar importante. As primeiras cooperativas, datadas de 1963, desempenharam o papel de empresas capitalistas na agricultura, apoiando tecnicamente a produção e encarregando-se da negociação dos produtos. Numa escala sempre crescente, a reprodução do capital mobilizado na agricultura direcionou-se para incrementos mecânicos (tratores, colheitadeiras etc.), insumos (fertilizantes, agrotóxicos, etc.), sementes (sob o controle de multinacionais) e a incorporação de conhecimento científico por meio do apoio de uma rede de profissionais (agrônomos, veterinários, etc.). Neste caso, o sentido da “cooperação”

voltou-se para a acumulação de capital inserida em nova divisão internacional do trabalho, a qual requisitou a região oeste do Paraná (e todo seu repertório cultural e étnico) como repositório de força de trabalho.

Esta dinâmica econômica exerceu uma contínua pressão sobre a acumulação de capital de alta composição orgânica (e ela foi sentida exatamente assim por muitos agricultores), de modo a desfigurar a estrutura fundiária estabelecida no final da década de 1950 (lotes de terra com uma média de 20 hectares). No Oeste do Paraná, o número de 82.570 propriedades rurais cadastradas em 1970 encolheu para 53.013 em 2006, algo equivalente a uma queda de 35%. No mesmo período, a área utilizada para o cultivo saltou de 1,5 milhões de hectares para 2,2 milhões. O tamanho médio das propriedades também cresceu, dobrando sua dimensão em 112%⁹, o que pode ser verificado nas cooperativas agrícolas da região, onde encontraremos quase metade dos associados com propriedades entre 21 e 100 hectares.¹⁰

Neste contexto, os agricultores que entrevistei ressaltaram um sentimento de instabilidade diante da constante introdução de tecnologias produtivas. Estas se mostram cada vez mais onerosas, elevando o endividamento dos agricultores para não serem excluídos do mercado. Vasculhar as seções de “classificados” dos jornais locais de cada município permite esclarecer uma dimensão deste processo de concentração fundiária. As ofertas de propriedades inferiores a 20 hectares são frequentes e muitas vezes evidenciam o limite da sobrevivência dessas propriedades como unidades produtivas: “AVIÁRIOS, vendo, 2, seminovos, 130 m de comprimento cada, c/ 50 mil frangos, 3.5 alq. de terra, poço artesiano, em Margarida, valor a combinar, aceito troca”. É desse modo que a integração (discutida anteriormente) recupera para o capital muitas das pequenas propriedades em vias de dissolução.

Importante dizer também que a base social de sustentação do mito de origem do Oeste do Paraná diminuiu numericamente e viu sua autonomia desintegrar-se à medida que as cooperativas e as grandes empresas agroindustriais que atuam na região avançaram contra seus modos de trabalhar, determinando novos padrões de produção e acumulação no campo. Fosse pela venda e concentração dos minifúndios ou por meio de sua divisão entre herdeiros, cada geração de descendentes dos “pioneiros” buscou aliviar-se dessa pressão nas cidades. Quando a subsistência se tornou muito difícil – ou mesmo impossível – o assalariamento foi visto como a única saída.

Entre 1970 e 2000, a população rural do Oeste do Paraná retraiu de 80% para menos de 20% da população total (Tabela 2). Em termos numéricos, enquanto as ati-

⁹ Informações extraídas de censos agropecuários de 1970/2006 do IBGE. Conferir também Gualda *et al.* (2011).

¹⁰ Informações organizadas a partir de trabalho de campo.

Tabela 2. Evolução demográfica do oeste do Paraná.**Table 2.** Demographic trends in western Paraná State.

Ano	População Rural		População Urbana		Total
	Total	%	Total	%	Total
1970	602.916	80,13	149.516	19,87	752.432
1980	476.225	49,57	484.504	50,43	960.729
1991	287.803	28,33	728.126	71,67	1.015.929
1996	245.893	22,80	832.691	77,20	1.078.584
2000	209.490	18,40	929.092	81,60	1.138.582

Fonte: IBGE (2011), Censos Demográficos. Adaptado de Rippel (2005, p. 126).

vidades produtivas ganhavam “valor agregado” por meio da industrialização da soja, do milho, do leite e da carne, aqueles que viviam no campo diminuíram de 602 mil para 209 mil. Nestes termos se constituiu grande parte da força de trabalho ocupada e em reserva para a indústria, o comércio e a agricultura na região.

O trabalhador típico desse processo não foi facilmente acolhido nas cidades. Com baixa escolaridade e um repertório “profissional” considerado inadequado para as ocupações urbanas, seu ingresso no mercado de trabalho ajudou a pressionar para baixo as expectativas de direitos sociais e de salários do conjunto dos trabalhadores.

Mais importante neste processo de migração é o contraste entre o dinamismo da economia (caracterizado pelas atividades industriais de processamento da soja, do milho, do leite e da carne) e a formação do mercado de trabalho na cidade e no campo. As médias salariais (agricultura, comércio e indústria) congelaram em torno do valor de até 2 salários mínimos¹¹ e foram mantidas assim também pela atuação das cooperativas e das empresas articuladas à agroindústria devido ao seu peso na economia regional. O sentimento de alguns trabalhadores sobre esta estrutura do mercado de trabalho acusa esta compressão salarial: “[...] eu comentei com ele [patrão] de aumentar o salário. Só que o pessoal aqui é meio, assim, todas as indústrias, tudo o que gira em redor aqui, gira tudo numa média salarial, pelo menos nas indústrias”. Este sentimento realça o que podemos denominar de “dinâmica inercial” do mercado de trabalho, uma poderosa alavanca para a acumulação de capital. As atividades econômicas se diversificaram, o número de ocupações cresceu, mas a média salarial manteve-se congelada.

A história da acumulação de capital nesta região pode ser narrada ainda (e principalmente) a partir da trajetória das famílias que constituíram os minifúndios e os fizeram funcionar desde o final da década de 1950.

Um exame sobre tais percursos durante o período de 1970 a 2000, a partir de uma análise que compare gerações, possibilita entender o movimento demográfico registrado na Tabela 2 e o declínio econômico dessas famílias relativamente ao fortalecimento das cooperativas e das empresas agroindustriais e do dinamismo da economia regional.

A família Schmidt é emblemática deste processo. Chegou ao Oeste em 1959, depois de vender as terras em Santa Rosa (RS), animada pela propaganda das “colonizadoras” que prometiam bons preços e alta produtividade nas glebas disponíveis. Dois amigos da família já tinham se mudado para o Oeste paranaense e confirmado esta promessa. Pai, mãe, três filhos entre 5 e 12 anos, e poucos pertences, se instalaram numa colônia de 25 hectares. Entre 1960 e 1968, a organização do plantio voltou-se para a subsistência, tornando-se progressivamente dependente primeiro da criação de suínos e de milho, e segundo da cultura da soja, esta última atividade completamente atrelada à cooperativa local. Em 1968, o filho mais velho, então com 21 anos, casou-se e comprou uma colônia menor, com 12,5 hectares, para onde se mudou com a família recém começada. Tentou seguir os passos do pai e também se vinculou à cooperativa local, estruturando suas terras em torno da cultura do milho, da soja e da criação de suínos. Sua primeira filha nasceu em 1972 e cresceu em meio à promessa feita ao avô, uma década antes. Àquela altura, os minifúndios estavam diminuindo em número, e a segunda geração vinda de Santa Rosa viu minguarem as chances de repetir a história de seus avós e pais.

No início da década de 1990, o casamento da neta do primeiro Schmidt que chegou ao Oeste somou duas pequenas heranças que permitiram a permanência na mesma comunidade inaugurada pelo avô, mas com muitas dificuldades para a sobrevivência de um minifúndio com pouco mais de 10 hectares. A soja e o milho plantados em pequenas extensões retornavam ao casal como uma

¹¹ Consulta feita ao IPARDES, Base de Dados do Estado, localidades selecionadas “Oeste do Paraná” e outras cidades pequenas e médias que integram esta região (IPARDES, s.d.).

renda insuficiente, embora a cooperativa local ficasse com boa parte dela. A plantação de fumo, “garantida” por uma multinacional do ramo, também não foi uma solução duradoura. Em menos de uma década, a segunda geração perdeu a propriedade para o banco e demais credores.

Foi então que a família buscou abrigo nas terras de um dos pais. Marido e mulher empregaram-se na cooperativa local, ligados à cadeia avícola. Com uma renda aproximada de 3 salários mínimos, estabilizaram sua condição até o presente. A filha do casal, nascida ainda quando eram agricultores, já não assenta sua expectativa na remota herança dos avós. É parte da terceira geração, nascida proletária e com promessas distintas daquelas que trouxeram os bisavós ao Oeste do Paraná. O horizonte se mostra mais estreito para ela. Pode tentar a sorte nas cidades maiores e empregar-se no comércio ou na indústria. Uma boa alternativa seria estudar até o ensino superior e investir numa profissão liberal com custos moderados de formação, ou tentar o serviço público, com salários acima da média do comércio e da indústria. Mas nada diferente disto parece provável. O vínculo com a terra se esvaiu, restando uma relação simbólica.

Nestes termos, a acumulação de capital deixara de pé apenas alguns poucos “pioneiros” sobreviventes e depositários da memória do “progresso” daquela região. É por isso que esta memória, com seus protagonistas, é frequentemente requisitada pelas classes dominantes como uma chave cognitiva poderosa para lubrificar as relações de poder, de comando e de obediência, contra qualquer lampejo de consciência proletária que parta desses herdeiros. Retornarei a esta questão nas considerações finais.

A exploração do trabalho na cadeia avícola

As famílias sobreviventes melhor posicionadas neste processo também estão amarradas às cooperativas locais e às empresas agroindustriais. Elas não perderam seus meios de produção, mas sua situação é de grande dependência do capital que controla a cadeia avícola. Muitos delas se veem obrigadas a estabelecer contratos com frigoríficos da região para a criação de porcos e frangos, financiando a renovação dos meios de produção e entrando numa espiral sem retorno.

Entrevistado em 2011, um desses sobreviventes lamentou sua situação de dependência dos frigoríficos. Dono de quatro aviários e dois criatórios de porcos, ele

ocupa o topo na pirâmide dos avicultores, empregando mão de obra e fornecendo ao frigorífico aproximadamente 100 mil frangos por lote.

Quando eu tinha a idade do meu filho [15 anos], eu trabalhava carpindo. Nós vivia da lavoura, meu pai, meus irmãos e eu, plantando soja e milho. Hoje não mais. Tive que diversificar, criar porco e frango. Porco a gente sempre criou. Frango nós cria há cinco anos. Temos 4 aviários. Mas se eu quiser voltar ao que era eu não posso porque a cooperativa não deixa. Eu não posso produzir pouco e sempre preciso comprar mais equipamentos e reformar os aviários. Então eu só posso olhar pra frente (grifos meus).

“Olhar para frente” significa mergulhar mais profundamente neste processo de acumulação de capital que demanda minifúndios em excesso para serem integrados em condições vantajosas para as cooperativas e demais frigoríficos da região. Significa também assumir parte importante dos custos com a força de trabalho. Os pequenos proprietários que se lançam nesta empreitada o fazem porque suas condições de produtores agrícolas se deterioraram. Assim, “olhar para frente” sela seus destinos. Uma vez vinculado à cadeia avícola, o pequeno proprietário se vê impelido a modernizar e incrementar sistematicamente os aviários de acordo com especificações das empresas e cooperativas, contraindo dívidas por financiamento que os expõem ao risco sério de inadimplência, de perda da terra e de cedência do lugar para outro pequeno proprietário empobrecido o suficiente para se entregar à promessa da indústria da carne.

Este drama é uma imposição do capital monopolista vivido igualmente por pequenos proprietários ligados aos principais produtores mundiais de carne. As exigências de melhoramentos nos aviários e a diminuição do rendimento por quilo de frango engordado pressionam os avicultores a contraírem mais dívidas e a aumentarem a produção sem alternativa de escapada deste circuito. Em síntese, a negativa em investir no aperfeiçoamento e expansão dos aviários representa a exclusão do avicultor do sistema.¹²

Desse modo, o declínio do pequeno proprietário avicultor é acelerado pela competitividade internacional no setor. Uma análise comparativa dos custos da produção da carne de frango a partir dos três principais produtores mundiais possibilita identificar a tendência dominante dessa indústria. Uma estimativa feita no ano de 2007

¹² No estado do Kentucky, Estados Unidos, esta é também a prática de uma das maiores empresas do setor, a *Tyson Foods*. Shawn, um avicultor integrado a *Tyson*, desistiu de continuar investindo nos aviários porque as dívidas se avolumavam e a perspectiva de rolagem se tornava cada vez mais difícil e arriscada. No verão de 2002, ele comunicou ao representante da *Tyson* que não teria recursos para os melhoramentos exigidos pela empresa. O representante disse a ele que emprestasse dinheiro de bancos. Quando Shawn respondeu que não iria se endividar mais, a *Tyson* não lhe entregou outros lotes de pintainhos e encerrou o contrato. Deduzidas as “pequenas” despesas cobertas pela *Tyson*, Shawn recebeu um cheque de 33,22 dólares como último pagamento, restando-lhe os aviários e nenhuma outra empresa para contratá-lo (Stull e Broadway, 2004, p. 48-49).

identificou, para cada quilo de carne, um custo de 0,44 dólares para o Brasil, 0,55 dólares para os Estados Unidos e 0,61 dólares para a China. Em relação aos Estados Unidos, o maior produtor mundial, os custos de produção no Brasil foram em média 20% menores (Martinelli, 2010, p. 7). Outra estimativa realizada em 2002 concluiu que a força de trabalho equivalia a 17,5% do custo de produção estimado nos Estados Unidos, e a 9,1% dos custos de produção no Brasil (Santini, 2006, p. 60). Estes números ajudam a explicar a exuberância da agroindústria no país e a expansão dos frigoríficos de carne de frango no Oeste do Paraná. Eles também são parte da dimensão mais atual do imperialismo, sinais de que o capitalismo, desde o século XIX, alargou suas fronteiras apoiado em oligopólios para comandar trabalho barato em todo o planeta e invadir mercados estrangeiros de países menos desenvolvidos. Assim, a “competitividade” de produtos manufaturados brasileiros como a carne processada está quase que inteiramente amparada na exploração da força de trabalho barata e abundante.

De olho nesta vantagem, um deputado federal representante dos interesses da agroindústria defende a expansão dos frigoríficos do Brasil para o Paraguai, onde os custos com a força de trabalho são ainda menores:

A jornada de trabalho é de 48 horas semanais e feriados são cinco a menos por ano. A mão de obra intensiva reduz custos, traz ganhos de qualidade e volume na produção, pois quatro horas semanais de trabalho a mais representam 25 dias por ano. O direito às férias de 12 dias anuais vai até os cinco anos de trabalho, sobe para 18 dias no 11º e somente chega a 30 dias depois do empregado permanecer mais de 10 anos na mesma empresa. Quanto à carga tributária, fica em 8% do Produto Interno Bruto (PIB), incluindo previdência social e impostos municipais.¹³

Como esclarece o parlamentar, as características do trabalho exigidas pelo capital que controla a cadeia avícola não são encontradas em qualquer região. Assim como a engorda dos frangos necessita de pequenos proprietários empobrecidos e pressionados a aceitarem contratos arriscados com as cooperativas e empresas agroindustriais, os frigoríficos requerem milhares de trabalhadores baratos para movimentar suas plantas produtivas.

Ao lado disso, desde meados da década de 1970, há uma estratégia de interiorizar as plantas produtivas armada para pilhar o patrimônio de pequenas cidades sob o

risco de morrerem. Em larga medida, a interiorização traz vantagens fiscais para os grandes frigoríficos e, em muitos casos, suporte financeiro direto para a fixação das plantas produtivas (doação de terreno, de obras de infraestrutura, etc.). A proximidade geográfica de frigoríficos e aviários também diminui outros custos de produção (Broadway, 1995). Além disso, o funcionamento dos frigoríficos depende da subordinação dessas pequenas cidades que lhes aparecem como manancial de numerosa reposição de trabalhadores. Plantas industriais com 2 mil postos de trabalho geralmente tendem a controlar o mercado de empregos neste tipo de cidade, ditando os salários e as condições de trabalho.¹⁴

As vantagens fiscais e logísticas disponíveis no paradigma da interiorização têm sido um critério importante de decisão para os frigoríficos no Brasil desde meados da década de 1970, embora já houvesse experiências deste tipo nos anos 60. Na região Oeste do Paraná, o maior e mais antigo frigorífico começou a operar em 1964, ano em que a população urbana do município mal chegava a 15 mil habitantes. O que se seguiu dali foi uma conexão cada vez mais estreita entre a empresa e o poder municipal que ajustou o aparato estatal (transporte, moradia e educação, por exemplo) à existência e trajetória da empresa, apresentando como um objetivo político geral a construção de infraestrutura urbana para suportar a força de trabalho empregada no frigorífico. Os demais frigoríficos, criados a partir dos anos 80 na região, confirmaram esta tendência e se fixaram em pequenas cidades como Medianeira, Palotina, Capanema e Matelândia, com populações urbanas recenseadas em 2010 de 37.000, 24.600, 11.136 e 10.526, respectivamente. Os governos locais naturalizaram este tipo de conexão, passando a funcionar também como uma correia de transmissão das necessidades das diversas unidades produtivas ligadas à cadeia avícola em específico e à agroindústria em geral.

No âmbito de cidades pequenas, tais indústrias se tornam a principal alternativa de emprego para jovens com baixa escolaridade e sem repertório profissional e redes de contato que lhes garantam outro tipo de colocação no mercado de trabalho. Nesse contexto, a resignação torna-se um sentimento comum entre esses jovens, mas é frequentemente quebrada conforme evidencia a alta taxa de rotatividade registrada neste setor, próxima de 100% nos últimos cinco anos. Pedir demissão ou abandonar o trabalho nos frigoríficos depois de pouco tempo tem sido cada vez mais corriqueiro.

¹³ Esse artigo, do deputado Dilceu Sperafico, foi replicado em diversos jornais e portais da região Oeste do Paraná ao longo do mês de dezembro de 2011 e destacou a instalação de frigorífico da Globoaves na cidade de Santa Rita, Paraguai, a 75 quilômetros da fronteira com Foz do Iguaçu, com investimento de 75 milhões de dólares (Sperafico, 2011).

¹⁴ É o caso de *Storm Lake*, situada no Estado de *Iowa*, com 10.600 habitantes registrados no censo de 2010, dos quais 36% de latinos, inteiramente dominada pela presença de duas plantas de processamento de carne da *Tyson Foods* e *Sara Lee* (Grey, 1995).

Nesta condição, a sorte da maioria dos trabalhadores permanece inalterada por força da “dinâmica inercial da economia local”, onde predominam empregos de baixa remuneração e intensidade de exploração semelhante. Do ponto de vista do capital, a rotatividade geralmente tem sido atacada pela busca de braços para o trabalho nas cidades vizinhas. Deste modo, a área de influência dos frigoríficos (e de toda a cadeia avícola) se estende para além dos limites do município onde estão instalados, recrutando e atraindo trabalhadores que residem em municípios ainda menores, num raio de até 200 quilômetros, como Nova Santa Rosa (7.125 habitantes), Mercedes (4.608 habitantes) e Quatro Pontes (3.646 habitantes), por exemplo¹⁵.

Ao que parece, representantes da agroindústria na região celebram as condições fiscais, tributárias e trabalhistas do Paraguai e sutilmente as sugerem como um parâmetro a ser seguido. A contabilidade feita é ligeira: “A jornada de trabalho é de 48 horas semanais e feriados são cinco a menos por ano. [...] quatro horas a mais de trabalho representam 25 dias por ano”. Ela também revela o itinerário imperialista do capital em busca de trabalho barato: dos Estados Unidos para o Brasil, e daqui para o Paraguai. Mas, atingidos os patamares de exploração da força de trabalho considerados ideais, o capital tende a percorrer o trajeto de volta, carreando os “novos” referenciais de contrato e produtividade para o Brasil e os Estados Unidos.

Também devemos enxergar a precariedade do emprego na indústria da carne como uma construção política e econômica que se beneficia da fragilidade de trabalhadores com poucos recursos culturais e políticos para resistirem. No que se refere aos frigoríficos abertos na década de 90, pode-se afirmar que iniciaram já “reestruturados”, lidando com trabalhadores (em sua maioria) sem tradição sindical. A inexistência de uma cultura sindical forte facilitou a pavimentação de relações de trabalho com poucas e mínimas cláusulas trabalhistas. Aliás, a vaga de qualquer tradição sindical foi preenchida por sindicatos com pouca representatividade (bastante conectados com as empresas). Em condições tão adversas, não é estranho que os frigoríficos das cooperativas nesta região apresentem como vantagens aos trabalhadores alguns dos serviços prestados pelo sindicato, tais como “cortes de cabelo” e “cursos de informática”. Prova maior da articulação pacífica entre sindicatos e frigoríficos na região é a assinatura da ficha de sindicalização no ato da formalização do contrato de trabalho.

Apesar disso, a experiência do trabalho em frigoríficos tem sido digerida pelos trabalhadores. Tentativas

malogradas de criação de sindicatos combativos e de greves desbaratadas evidenciam uma rejeição desta condição operária. Outra reação visível é o recurso à Justiça do Trabalho. Ao observar este aspecto na trajetória do mais recente frigorífico da região, percebe-se um aumento sistemático de recursos judiciais contra a empresa. Desde o ano de sua inauguração, 2005, até 2010, ocorreram 658 pedidos de reparação.

Embora a repercussão pública destas experiências (ou a sua ausência na imprensa local) ainda seja tímida, no universo dos trabalhadores a imagem formada sobre os frigoríficos é bastante negativa. A degradação do trabalho em frigorífico não é mais um segredo, de tal modo que nacionalmente o Ministério Público tem iniciado diversos procedimentos investigatórios sustentados em numerosa e consistente documentação sobre

*[...] descumprimento de normas básicas de saúde e segurança do trabalho, lesões irreparáveis à saúde dos trabalhadores, sobretudo jovens empregados, ritmo de trabalho incompatível com a saúde e dignidade humana, condições térmicas inadequadas (frio excessivo), movimentos repetitivos e intensos, jornadas exaustivas, condutas médicas inadequadas, ausência de readaptação funcional de empregados, não emissão de CAT, não concessão de pausas de recuperação de fadiga, não observância dos intervalos previstos em Lei, laudos ergonômicos inadequados, concessão irregular de intervalos inter e intra-jornada, negação do repouso semanal remunerado, horas extras não pagas, empregados sem registro do horário de trabalho, incorreção no pagamento de adicional de insalubridade e horas extras.*¹⁶

Tabela 3. Ações trabalhistas movidas contra frigorífico.
Table 3. Labor claims against the slaughterhouse.

Ano	Quantidade
2005	19
2006	27
2007	47
2008	116
2009	212
2010	237
Total	658

Fonte: Vara Trabalhista/Comarca MCR-PR. Organização de Antônio Bosi e Marília Lauther.

¹⁵ Censo de 2010.

¹⁶ Reclamações presentes em Ações Cíveis Públicas de Procuradorias do Ministério do Trabalho nos últimos cinco anos.

As reclamações sublinhadas nos processos individuais e coletivos reforçam uma ideia repugnante acerca do trabalho em frigoríficos, ainda que esta visão sofra um forte contraponto das empresas por meio de propaganda midiática que consagra a agroindústria como o grande trunfo da economia e da sociedade brasileiras.

Neste contexto, a desobediência patronal frente à legislação trabalhista tende a se concentrar contra as condições de realização do trabalho, estabelecendo situações degradantes como regra. O acompanhamento do desfecho de 401 ações trabalhistas concluídas de um universo de 658 processos estudados evidenciou o pagamento judicial de pouco mais de 380 mil reais pelas ilegalidades cometidas durante o período de 2005 a 2010, valor menor que 20% da folha de pagamento mensal do frigorífico contestado. À luz desta realidade, a quitação de dívidas financeiras geradas da desobediência das normas legais do trabalho parece ser uma opção mais barata ao capital e um sinal alarmante acerca da condição dos trabalhadores ocupados em frigoríficos.

De todo modo, torna-se evidente que o tipo de trabalho degradante encontrado nos frigoríficos e a situação de dependência e empobrecimento vivida pelos avicultores no Oeste do Paraná são uma necessidade do capital monopolista. A existência da indústria de processamento da carne implica a remuneração das empresas multinacionais que controlam a cadeia avícola numa proporção inversa aos “custos” com a força de trabalho. Em suma, por mais óbvio que pareça, o sucesso da agroindústria na região está apoiado na exploração de trabalho degradado, que exige pouca qualificação e oferece baixos salários.

Considerações finais

Após analisar o impacto da agroindústria na região, é possível concluir que a principal vantagem para o capital atuante nesta região reside em abundante força de trabalho e condições miseráveis de trabalho. Também é verdadeiro que seu percurso histórico se faz atrelado e dependente de empresas multinacionais oligopolizadas, com todos os desdobramentos advindos disso já discutidos, que as cooperativas atuaram e atuam como empresas capitalistas, organizando o capital e o trabalho na região, e que a situação dos trabalhadores ocupados na cadeia avícola mostrou-se bastante precária e sem perspectivas de mudanças.

São conclusões provisórias, mas que requerem elas próprias um caminho de pesquisa e estudo que considere o processo de acumulação de capital nesta região a partir também dos sentimentos de classe. Digo isto porque, nas diversas entrevistas em que encontrei apoio para os raciocínios e problemas registrados

neste artigo, deparei-me com reflexões e dilemas dos entrevistados, mas potencialmente promissoras para a elaboração de uma narrativa histórica alternativa à lógica do capital. As conversas com os trabalhadores, além de terem produzido rico material para análise – o que não é regra –, abriram ou sublinharam horizontes para reflexão que não estavam presentes no roteiro original da pesquisa. Aliás, a tarefa de tabular a agroindústria em linguagem estatística, ou de identificar as características da acumulação de capital, não foi bastante para decifrar e interpretar os sentimentos da classe trabalhadora presentes neste processo.

Contudo, assuntos como este devem ser abordados com a máxima delicadeza à medida que muitos de seus pontos acessíveis às nossas perguntas e análises mostram-se bastante sensíveis. Um desses pontos surgiu-me quando conversava com a filha de um avicultor e seu pai. Era domingo, e seu avô, também avicultor, acabara de chegar para o almoço e logo entrou na conversa. Ouvi deles uma narrativa partilhada e formatada de sentimentos e cultura comuns. Muitos dos assuntos recordados envolviam e reforçavam fortes laços de sangue, ao mesmo tempo em que possibilitavam a participação de todos na construção da conversa. Os raros embaraços e zonas de silêncio eram rapidamente superados por um ou outro. O mesmo não aconteceu quando perguntei aos dois mais velhos como se sentiam sendo patrões da filha/neta. Disseram não compreenderem o que eu perguntava. Recoloquei a questão e argumentei que a condição de associados à cooperativa local os colocava como patrões da filha que trabalhava como empregada em uma das unidades de produção de pintainhos de propriedade desta mesma cooperativa. O silêncio foi longo e acompanhado de constrangimentos, sem nenhuma rota de fuga visível. Mudei de assunto, mas a conversa demorou a recuperar o entusiasmo.

Depois de meio século de trabalho naquela região, o sucesso estampado na narrativa dos pioneiros sobreviventes destoava da condição vivida por seus descendentes. Pais e filhos estão subordinados às cooperativas, todavia de maneiras distintas. Aquele silêncio, difícil de mensurar, desorganizou temporariamente o imaginário da família Schmidt. A região Oeste do Paraná se parece cada vez menos com o mundo de pequenos proprietários fundado há 50 anos, e o enfraquecimento desta imagem erode a ideologia do pioneiro. Por isso, o desconforto diante daquela pergunta decorreu de uma contradição que ganha força à medida que o capitalismo acelera mudanças nas relações sociais de produção naquele lugar, de modo a ampliar a proletarização. Quando me despedi naquele dia, foi a síntese desse quadro que vi estampada nas preocupações da família Schmidt.

Referências

- ARASHIRO, O. 1989. *A história da avicultura do Brasil*. São Paulo, Gessulli Editores, 178 p.
- BROADWAY, M.J. 1995. From City to Countryside: Recent Changes in the Structure and Location of the Meat- and Fish-processing Industries. In: D.D. STULL; M.J. BROADWAY; D. GRIFFITH, *Any Way You Cut It: Meat Processing and Small-town America*. Lawrence, University Press Kansas, p. 17-40.
- FONTANA, A. 1980. *História da minha vida*. São Paulo, Editora Vozes, 213 p.
- FORD, H. 1964. *Os princípios da prosperidade*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 315 p.
- GREY, M.A. 1995. Pork, Poultry, and Newcomers in Storm Lake, Iowa. In: D.D. STULL; M.J. BROADWAY; D. GRIFFITH, *Any Way You Cut It: Meat Processing and Small-town America*. Lawrence, University Press Kansas, p. 109-127.
- GUALDA, N.L.P.; NEIO, L.P.; SANTOS, A.H.M. 2011. Migrações intrarregionais no estado do Paraná: avaliação da influência da concentração fundiária, rendimento e emprego. *Revista Múltipla*, ano XVI, 23(30):93-111.
- HEFFERNAN, W.D.; CONSTANCE, D.H. 1994. Transnational Corporations and the Globalization of the Food System. In: A. BONASSO *et al.*, *From Columbus to ConAgra: The Globalization of Agriculture and Food*. Lawrence, University Press of Kansas, p.29-51.
- HOROWITZ, R. 1997. "Negro and White Unite and Fight!" *A Social History of Industrial Unionism in Meatpacking, 1930-1990*. Urbana, University of Illinois Press, 325 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2011. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>
- LENIN, W.I.U. 1979. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: W.I.U. LENIN, *Obras escolhidas*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, Vol. 1.
- MARTINELLI, O. 2010. Estudo sectorial: Sector cárnico de Brasil. Setor de carnes no Brasil. Informe final. Disponível em: <http://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/45328/1/131794.pdf>. Acesso em: 21/03/2011.
- PACYGA, D.A. 2008. Chicago: Slaughterhouse to the World. In: P.Y. LEE (org.), *Meat, Modernity, and the Rise of the Slaughterhouse*. Durham, New Hampshire, University of New Hampshire Press, p. 153-166.
- PORTELLI, A. 1997. I'm Going to Say It now Interview the Movement. In: A. PORTELLI, *The Battle of Valle Giullia: Oral History and the Art of Dialogue*. Madison, University of Wisconsin Press, p. 183-198.
- RIPPEL, R. 2005. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 250 p.
- SANTINI, G.A. 2006. *Dinâmica tecnológica da cadeia de frangos de corte no Brasil: análise dos segmentos de insumos e processamento*. São Carlos, SP. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 235 p.
- SORJ, B.; POMPERMAYER, M.; CORADINI, O. 1982. *Camponeses e agroindústria: Transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 124 p.
- SPERAFICO, D. 2011. Paraguai reduz impostos, simplifica legislação e atrai investimentos. Disponível em: <http://portalperola.webnode.com.br/products/artigo%20dilceu%20sperafico%20-%20paraguai%20reduz%20impostos%2c%20simplifica%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20atrai%20investimentos/>. Acesso em: 22/12/2011.
- STULL, D.D.; BROADWAY, M.J. 2004. *Slaughterhouse Blues: The Meat and Poultry Industry in North America*. Belmont, Thomson/Wadsworth, 342 p.
- UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA (UBA). 2012. Relatório Anual – 2012. Disponível em <http://abpa-br.com.br/files/publicacaoe/s/41c30a0f46702351b561675f70fae077.pdf>. Acesso em: 03/07/2014.

Submetido: 26/08/2014

Aceito: 03/12/2015